



## ***As longa manus da Justiça***

**Jennifer Albuquerque e Juliana Aguiar**  
(Com colaboração de Najara Lima/JFSE)

Bater de porta em porta, entregar ofícios, dialogar com famílias, visitar órgãos públicos, realizar man-

dados. Essas são algumas das atribuições comuns na rotina dos oficiais de justiça. No caso do Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5, a designação mais

adequada seria oficiais, já que, atualmente, o quadro é composto somente por mulheres. Enquanto nas Seções Judiciárias da Justiça Federal na 5ª Região as vagas para oficiais e oficiais, somadas, chegam a 402, devido a uma maior quantidade de processos, na Segunda Instância são apenas duas vagas para o desempenho dessa função.

O trabalho desempenhado pelas oficiais do TRF5, lotadas na Central de Mandados da Secretaria Judiciária, se inicia logo depois do acórdão de uma Turma ou da sentença de um magistrado. Assim, cabe às *longa manus* do Tribunal dar cumprimento, pessoalmente, às ordens judiciais.

O exercício da função exige, sobretudo, estar preparado para lidar com as situações que envolvem um serviço de natureza externa, já que praticamente todo o trabalho é realizado fora do Tribunal. Assim, o profissional é responsável por entregar citações, prisões, penhoras, arrestos, diligências e executar os mandados. No Judiciário, esses destinatários se dividem entre pessoas físicas e jurídicas e, para que os mandados sejam efetivamente cumpridos, faz-se necessária a assinatura do recebedor. Caso esta seja negada, basta a constatação, dada pelo oficial, de que a pessoa está ciente do documento.

Nesse intervalo, algumas estratégias são adotadas para que cada saída para a rua não seja desperdiçada com um mandado não cumprido. No caso das pessoas jurídicas, o processo é relativamente sim-



**Apesar das adversidades, a oficiala Cleide Rodrigues observa vários pontos positivos na profissão**

ples: o oficial encaixa o horário de entrega do mandado no expediente da empresa ou organização pública. Ainda assim, corre o risco de ficar refém da disponibilidade do funcionário que receberá o mandado. Já no caso das pessoas físicas, “os desafios

são diversos e imprevisíveis”, avisa a oficiala Cleide da Silva Cordeiro Rodrigues, que compõe o quadro do TRF5.

Com uma rotina agitada e incerta, Cleide realiza um trabalho, como ela mesma diz, bastante flexível, fazendo um rodízio de plantão, com a outra oficiala, que dura 24h, o que inclui os finais de semana. “Geralmente, eu vou durante os dias úteis ao local da entrega do mandado e pelo menos descubro se a pessoa mora lá. Se sim, volto no fim de semana. Dependendo do local, eu não me sinto confortável para chegar lá às 21h, que seria o horário mais provável para encontrar a pessoa física, após seu expediente de trabalho”, explica Cleide.

Trabalhar grande parte do expediente na rua, em contato direto com as pessoas, é um dos pontos positivos ressaltados por Cleide, mas é aí que também residem as maiores adversidades. “Teve um caso em que uma vizinha me falou: ‘ele sai de casa de 5h30 da manhã’. No outro dia, às 5h20, eu cheguei à casa do destinatário e ele já havia saído. Saiu mais cedo porque avisei que viria. No dia seguinte, então, cheguei lá às 5h10 e cumpri o mandado”. De acordo com ela,

geralmente a primeira visita ao destinatário é apenas para constatar se ele realmente mora no local. “A gente pergunta a algum vizinho: ‘você sabe se fulano mora aqui? sabe a que horas eu posso encontrá-lo?’. Há pessoas que não gostam de informar, então, fatalmente, você tem que voltar”, completou a oficiala. Para compensar os dias da semana em que não é possível achar o recebedor em casa, a solução encontrada pelos oficiais é trabalhar durante o fim de semana.

Situação semelhante é relatada por Augusto Maynard, da Seção Judiciária de Sergipe. Após voltar de Paris, na França, com formação jurídica e literária, foi aprovado no concurso para oficial de Justiça. Mas a sua primeira experiência como servidor, já no exercício do cargo, não foi tão glamourosa. “Pouco experiente no trato com o público dos jurisdicionados e forçado a atuar imediatamente, fui sozinho bater às portas, acabrunhado e temeroso. Lembro-me de que, em uma das primeiras diligências, subi e desci os quatro andares de um apartamento, na Coroa do Meio, até que finalmente criei coragem para subir novamente e comunicar à moradora que ela tinha poucos dias para se mudar. De volta à Central de Mandados, a diretora de então me perguntou como me tinha saído. Diante da minha frustração, profetizou: ‘nada não, com o tempo você se acostuma’. E me acostumei”, conta Augusto.

Assim como ele, Cleide relata que o medo e o desconhecido são duas das poucas certezas da profissão. Ser mulher nesse contexto traz uma preocupação extra à frente dos riscos e da exposição. “Quando

eu fiz o concurso, queria ser oficiala. Eu sabia como as coisas funcionavam. Mas, realmente, você só conhece a profissão quando está nela. Tem determinadas situações em que eu me sinto um pouco mais vulnerável, tanto que eu peço para o meu marido me



FOTO: NAJARA LIMA/ASCOM JFSE

**Para Augusto Maynard, a maior dificuldade é exterior à profissão: o trânsito caótico e a ausência de estacionamento nas cidades**

acompanhar. Peço pra ele dirigir pra mim e ficar no carro. Quando vou ao presídio, nunca vou sozinha”, relata Cleide.

A entrega de mandados em presídios da Região Metropolitana do Recife é outro desafio para as oficiais. Para ter acesso à penitenciária Barreto Campelo, por exemplo, é necessário dirigir por 4 km de estrada de barro. Já o caminho para o Presídio de Igarassu não tem iluminação suficiente, o que impossibilita um trajeto seguro após o entardecer. Alguns presídios contam com parlatório, local onde os oficiais podem conversar em segurança com os internos, separados por uma cabine. Já outros, não.

Já Augusto Maynard destaca o trânsito como uma dificuldades impostas pelo exercício da pro-

fissão. Segundo ele, as diligências são feitas com o próprio carro, à procura de vagas de estacionamentos praticamente inexistentes nas cidades. Além disso, enfrentar a má vontade dos executados, que recorrem a todo tipo de artimanha para evitar os oficiais, não é tarefa das mais fáceis. “Ninguém quer ver um oficial de justiça batendo à sua porta”, avalia.

Algumas outras situações atípicas são relatadas por André Ventura, oficial de Justiça há 19 anos, lotado no Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de Pernambuco (SJPE). Segundo André, lá, 85% dos mandados são de verificação. Alguns deles são de verificação de miserabilidade, como um cumprido na comunidade Escorregou Tá Dentro, no bairro de Afogados, no Recife. “Eu não conhecia o local. Fica numa via principal do Recife, mas todo mundo passa e não vê. Lá não tem saneamento, não tem esgoto. A privada das casas fica encaixada em um buraco em cima do canal”. Ele diz que esse foi um dos mandatos mais difíceis de serem cumpridos. “Eu fui para a última casa. Havia um caminho pequeno na beira do canal, que é completamente imundo, onde dá pra passar apenas uma pessoa. Não tinha um parapeito. Uma pessoa já havia caído em um buraco e eu tive medo de cair no canal”, relata André.

## Desafios

Apesar dos desafios da profissão, o oficial de Justiça tem uma rotina dinâmica no serviço que presta à Justiça e à sociedade. Em algumas situações, o servidor pode orientar melhor o cidadão sobre seus direitos e deveres. “É necessário tomar cuidado com a abordagem, com a fala, como trata a pessoa. Muitos não sabem o que é uma citação, por exemplo, e

aí você tem que ser um tradutor entre o Judiciário e a pessoa. A gente tem que ter esse tato em cada mandado, mas é muito legal. Como oficiala, é possível ajudar as pessoas, para que elas procurem uma defensoria pública, por exemplo, e você sabe que está cumprindo seu papel. Eu gosto da minha profissão”, ressalta Cleide.

O apreço pela profissão também está presente em Augusto. “É um trabalho necessário e imprescindível para o efetivo cumprimento da prestação jurisdicional, razão pela qual, da maneira mais humanitária possível, cumpro com orgulho de ser um daqueles que, como os juízes, promotores e advogados, atuam no ‘fazer justiça’” ■



### Dados da violência

- Em todo o Brasil, há 75 mil oficiais de Justiça.
- Segundo um levantamento da Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais de Goiás, houve 145 casos de violência entre os anos de 2000 e 2017.
- Entidades que representam os oficiais de Justiça falam em uma alta de 25% de casos de violência contra os profissionais em dois anos.
- Uma proposta de 2007 que altera o Estatuto do Desarmamento para conceder porte de arma aos oficiais de Justiça está na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.